



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
JORNAL DA CIDADANIA DE JORNAIS

ARACAJU, TERÇA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 2013

SIMPÓSIO

MPE apresenta site sobre transparência

O Ministério Público de Sergipe (MPSE) realizou na tarde de ontem, 9, um Simpósio sobre Portal da Transparência. O evento foi destinado a procuradores, promotores e servidores do MP, que detalhou sobre os mecanismos do uso do Portal. Segundo o procurador-geral do MP, Orlando Rochadel, através do Portal, o cidadão pode acessar às informações sobre a gestão administrativa da Instituição, conforme determina a Lei nº 12.527/11, conhecida como Lei de Acesso à Informação, regulamentada pela Resolução nº 86/2012, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Segundo Rochadel, o Portal da Transparência do Ministério Público de Sergipe possui navegação acessível, possibilitando ao cidadão conhecer e fiscalizar as ações da Instituição. “Através do Portal de Transparência a comunidade pode consultar informações sobre a gestão administrativa, financeira e de pessoal tais como licitações, contratos e convênios realizados pelo Ministério Público, gastos com pagamento de pessoal, execução de obras, entre outros. Ainda há acesso imediato à gestão financeira, viabilizando a fiscalização do orçamento e das despesas realizadas pela Instituição, bem como outras informações de interesse da sociedade”, pontua o procurador-geral de Justiça Orlando Rochadel.

▼ PORTAL DA
TRANSPARÊNCIA OFERECE
DADOS SOBRE A
GESTÃO ADMINISTRATIVA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O promotor de Justiça Eduardo Barreto D'Ávila Fontes, da assessoria da Coordenadoria-Geral, explicou que em Sergipe a tecnologia já existe; e que por isso, o evento tem por objetivo reforçar para os membros do MP como usar o Portal. “O sentido dele é tornar transparente todas as informações dos ministérios públicos, não só as informações de atuações processuais, mas também informações administrativas. Quando divulga o resultado de uma licitação, por exemplo, tem que mostrar esse resultado. O sistema está lá permitindo que eu divulgue isso”, disse.

Barreto destacou ainda que o Conselho Nacional de Ministério Público pretende unificar os portais da transparência. “O objetivo da iniciativa é unificar em um único portal todos os dados de transparência do Ministério Público brasileiro, em diferentes ramos e localidades. O acesso à informação é direito reconhecido pela Constituição Federal e, é requisito fundamental para a consolidação do Estado Democrático de Direito, fortalecendo a participação política do cidadão, possibilitando que conheça e acesse seus direitos e fiscalize as instituições públicas.